



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1868442 - SP (2017/0222542-7)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : RAÍZEN ENERGIA S/A
ADVOGADOS : ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO - SP196655
ELTON ABREU COBRA E OUTRO(S) - SP158743
RECORRIDO : DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE
PROCURADORA : GIOVANA POLO FERNANDES E OUTRO(S) - SP152689

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 283/STF. INÉRCIA DA EXEQUENTE. NÃO OCORRÊNCIA. CORREÇÃO ERRO MATERIAL DO CÁLCULO ANTERIORMENTE APRESENTADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJSP, assim ementado (fl. 1.063):

Agravo de Instrumento - Execução fiscal - Saldo devedor - R. decisão que determinou o pagamento do saldo apontado - Recurso manejado pela executada - Desprovemento de rigor - Inércia da exequente - Não ocorrência - Logo após o levantamento dos valores constrictos bem como da diferença depositada pela executada, ao ser instada a se manifestar acerca do prosseguimento da execução, a exequente informou acerca da existência de saldo devedor, pleiteando novo bloqueio *online* e dando regular prosseguimento à execução - Erro material dos cálculos que comporta retificação a qualquer tempo - Uma vez não adimplida a obrigação em sua totalidade, permanece em mora a executada, motivo pelo qual não se questiona a legalidade da aplicação dos juros no período posterior ao recolhimento por ela efetuado - R. Decisão mantida - Recurso desprovido.

A recorrente alega violação dos artigos 473 e 794 do CPC/1973, ao argumento de preclusão consumativa para apresentação de novo cálculo de juros para atualização de saldo remanescente, após sete anos do pagamento do débito. Alfim, pugna pela concessão de efeito suspensivo ao presente recurso.

Com contrarrazões.

Decisão de inadmissibilidade às fls. 1096-1097.

Conversão do agravo em recurso especial às fls. 1147-1148.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

A pretensão não merece prosperar.

Isso porque a recorrente, ao indicar ofensa aos artigos 473 e 794 do CPC/1973 e direcionar a sua tese no sentido de ocorrência de preclusão consumativa deixou de impugnar os seguintes fundamentos do acórdão recorrido: (a) erro material do primeiro cálculo apresentado pela ora recorrente, porquanto os juros foram calculados em alíquota inferior à

correta; e (b) não ocorrência de inércia da exequente, ora recorrida, na medida em que, logo após o levantamento dos valores constritos bem como da diferença depositada pela executada, informou acerca da existência de saldo devedor, pleiteando novo bloqueio *on line*, com o regular prosseguimento da execução (e-STJ fls. 1.064-1.065).

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

Além disso, tem-se que a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem acerca da não ocorrência de inércia da exequente, bem como da retificação dos cálculos, com a finalidade de corrigir simples erro material do cálculo anterior demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ.

Com efeito, resta prejudicado o pedido de concessão de efeito suspensivo ao presente recurso especial.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 03 de abril de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator